



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÕES PERMANENTES

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2

COMISSÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

EVENTO: Audiência Pública	DATA: 18 05 DE 2017	LOCAL: Auditório 1 dep. Manoel Castro e 3 dep. Castelo de Castro
	HORA: 14: 30 min	
EMENTA: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes		
REQUERENTE: deputado Renato Roseno		
PRESIDENTE: deputado Renato Roseno		
DEPUTADOS (AS) PRESENTES: deputado Renato roseno		
PARTICIPANTES DA MESA: deputado Renato Roseno, Sra. Eliane Lopes, Dra. Márcia Pinheiro Monte, Sr. Geraldo Magela, Sra. Cristina Ribeiro, Brigitte Louchez, Manuel Torquato, Vereadora Larissa Gaspar, Dr. Adriano Campos, e Dr. Luciano Tonet.		
ENTIDADES REPRESENTADAS: RENAS, Fórum DCA, Coselho tutelar VII, FUNCI, CDCA, CDHCMF, NADIJ e 6° Promotoria.		
SÍNTESES DAS MANIFESTAÇÕES: A Comissão da Infância e Adolescência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará realizou audiência pública, na sede do Poder Legislativo, alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Autor do requerimento, que também presidiu o debate, o deputado Renato Roseno abriu os trabalhos chamando a atenção para a atuação do Congresso Nacional que, segundo ele, retira direitos de crianças e adolescentes, em vez de ampliá-los. Representante da Rede Evangélica Nacional de Ação Social (Renas), Eliane Lopes destacou a atuação da entidade nos últimos 23 anos. “É um espaço permanente, mantido para crianças e adolescentes, e busca atuar junto ao poder público”, afirmou.		



Márcia Pinheiro Monte, do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), criticou o fato de o Município de Fortaleza contar com apenas oito conselhos tutelares, quando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) recomenda a existência de 25.

A representante do Fórum DCA citou problemas no atendimento ao público em questão, destacando os plantões. “Tem plantão, mas não tem retaguarda”, criticou.

Márcia Monte destacou, ainda, a morosidade no atendimento da Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce). Especificamente, diz a representante, no que diz respeito à integração na rede de atendimento. “Percebe-se que não existe uma sistemática de formações para os conselheiros tutelares com relação à temática da violência sexual de crianças e adolescentes. Não existe um atendimento específico para as vítimas de abuso e violência sexual” relatou.

Geraldo Magela de Oliveira, conselheiro tutelar da Secretaria Regional VII, reforçou a função de acolhimento dos equipamentos, daí a importância, afirmou ele, de atendimento especializado. “O Conselho Tutelar é sempre a porta de entrada”, resumiu ele, completando que a Prefeitura Municipal de Fortaleza deveria ter um olhar mais focado para a área.

A exemplo da representante do Fórum DCA, Geraldo Oliveira também alegou dificuldades nos plantões e a demanda reprimida nos atendimentos. “Esta na lei. O conselheiro que trabalha em plantão tem de ter duas folgas”, exemplificou.

Representando a Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci), Cristina Bezerra observou que o atendimento a crianças e adolescentes depende do contexto familiar e da história de cada caso. “Tentamos fazer o máximo possível na rede Aquarela”, diz ela, referindo-se ao programa de referência da Prefeitura no tema. “Ou de forma espontânea”, observou.

Ainda na linha do atendimento, Brigitte Louchez, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA), reconheceu não conseguir esse tipo de serviço adequado para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. “Muitas vezes as pessoas não sabem o que é violência sexual ou a diferença entre abuso e



tráfico” ilustrou.

Manuel Torquato, coordenador da Campanha Nacional Criança Não é de Rua, reclamou da falta de prioridade e desarranjos no fluxo de atendimento de crianças e adolescentes. Segundo ele, os dados de monitoramento são sempre os mesmos, mesmo se mudando a temática. “Basta andar na rua que vamos nos deparar com esses casos”, assegurou.

Também presente à audiência pública, a vereadora Larissa Gaspar, presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza, propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT), que trabalharia com algumas iniciativas, como a realização de blitzes pela Cidade. “Há lanchonetes que são para exploração de crianças e adolescentes”, denunciou a vereadora, acrescentando que o problema é grave e está presente em todo o País.

Ao descrever a atuação da Defensoria Pública, o supervisor do Núcleo de Atendimento na Infância e Juventude (Nadij), Adriano Campos, chamou a atenção para o grande número de vítimas de exploração sexual. “Apesar de toda a luta e de novos adeptos, não conseguimos cessar essas violações de direito”, reconheceu. Para ele, é importante o fortalecimento da rede de proteção, desde a porta do Dececa.

Titular da 6ª Promotoria da Infância e Juventude, Luciano Tonet destacou que o monitoramento poderia ser mais fácil e eficiente, caso houvesse informações mais consistentes, ao mesmo tempo em que lamentou a falta de prioridade com o tema.

“A infância e a juventude não são priorizadas em todas as áreas MP nem no poder Judiciário nem Legislativo”, admitiu. “A infância é a raiz de tudo. Falta discussão sobre políticas públicas, para se ter efetividade”, finalizou.

ELABORADO POR: Jamile Carvalho da Silva Sousa



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÕES PERMANENTES

MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2
